



<https://doi.org/10.47456/simbitica.v13i1.51723>

Grupos focais em pesquisas de políticas públicas: potencialidades, limites, usos e variações metodológicas

*Focus groups in public policy research: potential, limitations, uses,
and methodological variations*

*Grupos focales en la investigación de políticas públicas: potencial,
limitaciones, usos y variaciones metodológicas*

Alex da Silva Vidal

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Camila Barbieri Chiapetti

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo A técnica do Grupo Focal é bastante utilizada em pesquisas realizadas em ambientes acadêmicos, assim como em pesquisas sociais aplicadas. Este artigo sintetiza achados sobre o uso dessa técnica em pesquisas aplicadas, sobretudo aquelas que envolvem diagnóstico, monitoramento, avaliação e qualificação de políticas públicas. Para tanto, parte-se da utilização da técnica na experiência de pesquisas aplicadas dos autores. A síntese apresenta definições conceituais e contexto de emergência da técnica; potencialidades; limites de seu uso nesse contexto; integração com outras técnicas; variações possíveis de seus formatos e procedimentos recomendados.

Palavras-chave: grupos focais; pesquisas de políticas públicas; pesquisa social aplicada.



Abstract The focus group technique is widely used in research conducted in academic settings, as well as in applied social research. This article synthesizes findings on the use of this technique in applied research, especially those involving diagnosis, monitoring, evaluation, and qualification of public policies. To this end, it draws on the authors' experience using the technique in applied research. The synthesis presents conceptual definitions and the context of the technique's emergence; its potential; the limitations of its use in this context; its integration with other techniques; possible variations in its formats; and recommended procedures.

Palavras-chave: focus groups; public policy research; applied social research.

Resumen La técnica de grupos focales se utiliza ampliamente en la investigación académica, así como en la investigación social aplicada. Este artículo sintetiza los hallazgos sobre el uso de esta técnica en la investigación aplicada, especialmente en aquellas que involucran el diagnóstico, el seguimiento, la evaluación y la calificación de políticas públicas. Para ello, se basa en la experiencia de los autores con esta técnica en la investigación aplicada. La síntesis presenta definiciones conceptuales y el contexto de su surgimiento; su potencial; las limitaciones de su uso en este contexto; su integración con otras técnicas; posibles variaciones en sus formatos; y los procedimientos recomendados.

Palavras-chave: grupos focales; investigación de políticas públicas; investigación social aplicada.

Recebido em 29-01-2026

Modificado em 01-03-2026

Aceito para publicação em 19-03-2026

Introdução

A técnica do Grupo Focal (GF) é bastante utilizada em pesquisas realizadas em ambientes acadêmicos, assim como em pesquisas sociais aplicadas. Este artigo sintetiza achados sobre o uso dessa técnica em pesquisas aplicadas, sobretudo aquelas que envolvem diagnóstico, monitoramento, avaliação e qualificação de políticas públicas. Para tanto, parte-se de contribuições da literatura e da utilização da técnica na experiência de pesquisas aplicadas dos autores. A síntese organiza-se em: principais características da técnica, potencialidades, limites, variações de uso (incluindo formatos online) e integração com outras abordagens.

Para melhor entendimento, é importante diferenciar a pesquisa aplicada da acadêmica. A pesquisa social realizada no ambiente acadêmico tem como um de seus principais objetivos a produção, o acúmulo e a difusão de conhecimento, sobretudo entre pares. Já a pesquisa social aplicada busca incidir, de maneira direta ou indireta, sobre uma problemática social concreta, geralmente vinculada à formulação, implementação ou avaliação (diagnóstico) de projetos, ações ou políticas públicas. Nesse sentido, seu propósito é menos teórico e mais orientado à resolução de problemas, à tomada de decisão e ao aprimoramento de práticas institucionais. Ainda assim, a pesquisa aplicada não se dissocia completamente da produção acadêmica: é justamente o acúmulo teórico e metodológico desenvolvido no campo acadêmico que sustenta e qualifica as investigações voltadas às políticas públicas.

As pesquisas sociais aplicadas, especialmente no campo das políticas públicas, demandam instrumentos que vão além da mensuração quantitativa, possibilitando a apreensão das dimensões subjetivas e dos significados compartilhados pelos atores envolvidos no ciclo governamental. Nesse contexto, o uso do GF é amplamente empregado tanto no campo acadêmico quanto na gestão pública, consolidando-se como uma importante técnica da metodologia qualitativa.

Assim, embora a pesquisa em políticas públicas possua objetivos mais diretamente voltados à intervenção e à tomada de decisão, ela se apoia nos conceitos e referenciais teóricos desenvolvidos no âmbito acadêmico. Diante disso, é importante destacar que a investigação com uso de GF é intrinsecamente dependente do contexto social dos participantes, uma vez que parte do entendimento de que o mundo social não constitui um dado natural, mas é construído nas interações cotidianas dos sujeitos, em condições historicamente e socialmente situadas (Gaskell, 2002).

A pesquisa qualitativa, em sua essência, fundamenta-se na interação próxima entre o investigador e os participantes, focando em fenômenos sociais de interesse compartilhado (Inglis, 1992). No âmbito das políticas públicas, essa abordagem permite mapear o “mundo da vida” dos respondentes e organizar esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores sociais. De forma sistematizada, a pesquisa qualitativa ocorre em local(is) determinado(s) em um

contexto específico. Os dados coletados consistem em uma descrição rica, na qual o processo pode ser mais importante que o resultado, já que no processo pode haver pistas importantes sobre o fenômeno. Além disso, a pergunta que orienta a pesquisa qualitativa está imbuída da procura de sentido, de experiências e/ou de perspectivas relacionadas a determinado fenômeno (Bogdan & Biklen, 1982:125-126).

Diferente das entrevistas individuais, que priorizam biografias pessoais e escolhas privadas, o GF é vocacionado para observar processos de consenso e divergência sobre assuntos de interesse público (Gaskell, 2002). Através da interação do grupo, os sentidos e valores conferidos aos dados podem ser explorados e negociados entre pesquisadores(as) e sujeitos (Inglis, 1992). Este artigo propõe-se a discutir como essa técnica atua como um “espaço de sentido” para as políticas públicas, por poder promover a reflexão crítica e a qualificação das ações estatais através do diagnóstico participativo, em diferentes momentos da política pública: desenvolvimento, monitoramento e avaliação.

Além da literatura acadêmica utilizada como referência teórica, este artigo incorpora também a experiência acumulada pelos autores em diferentes pesquisas realizadas nos últimos anos, nas quais atuaram, nos últimos cinco anos, como pesquisadores de campo, especialistas temáticos ou coordenadores. Em grande parte dessas investigações, a metodologia de GF constituiu um recurso central nas etapas qualitativas. Nomeadamente, as pesquisas foram: a) A Mortalidade Juvenil no Rio Grande do Sul: uma Análise dos Índices de Violência Letal Juvenil e suas Possibilidades de Enfrentamento (2019-2021); b) Pesquisa Nacional de Avaliação da Implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (2019-2021); c) Estudo diagnóstico sobre a realidade vivenciada por crianças, adolescentes e famílias neste período de pandemia de COVID-19 (2021-2022); d) Avaliação *Ex Post* do Programa de Oportunidades e Direitos (POD-RS) (2021-2022); e) Pesquisa Avaliativa da Política de Ações Afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2022); f) Vozes (in)escutadas e rompimento de vínculos: pesquisa sobre crianças e adolescentes em cuidados alternativos, egressos/as e risco a perda de cuidado parental no Brasil (2022-2023); g) Diagnóstico municipal do atendimento aos direitos das crianças e adolescentes em serviços de cuidados alternativos de Capão da Canoa/RS (2022-2023); h) Redução de adolescentes em Medidas Socioeducativas no Brasil (2013-2022): Condicionantes e Percepções (2023-2024); i) Avaliação da reação institucional nas enchentes de 2023 e 2024 no Vale do Taquari (2024); e j) Diagnóstico Nacional de Programas de Pós-Medida Socioeducativa (2025-2026).

Trata-se de pesquisas com escopos, temáticas e demandas institucionais bastante distintas, o que implicou desafios variados tanto na formulação metodológica quanto na execução dos Grupos Focais. Esses desafios abarcam desde a definição dos critérios de seleção dos participantes, a adequação dos roteiros temáticos e a logística

de realização dos encontros, até questões mais estruturantes, como a negociação com contratantes acerca do número de grupos a serem realizados e da viabilidade de sua condução em contextos complexos.

A intenção deste artigo é explorar parte desses aprendizados, identificando padrões e dilemas na utilização de Grupos Focais no campo da pesquisa social aplicada, vinculada a políticas públicas locais, estaduais, nacionais e internacionais. Busca-se, assim, discutir caminhos possíveis, limites e problemáticas enfrentadas em contextos nos quais o rigor metodológico precisa ser constantemente equilibrado com restrições de tempo, recursos e expectativas institucionais. Ao trazer essa reflexão, pretendemos contribuir para o debate sobre o uso qualificado dos Grupos Focais, destacando tanto seu potencial quanto os cuidados necessários para sua implementação.

Conceitos e emergência histórica

O GF consiste em um método de pesquisa qualitativa realizado por meio de discussões coletivas coordenadas por um moderador, com o objetivo de explorar percepções, significados e experiências sobre um tema central de interesse (Stewart & Shamdasani, 1990). O diferencial desta técnica reside no seu uso explícito da interação de um grupo para produzir dados e trazer à tona aspectos relevantes que podem não ser acessíveis sem o fundamento da troca entre os membros do grupo (Morgan, 1997).

Historicamente, embora existam registros de práticas de entrevista em grupo na sociologia e psicologia desde a década de 1920, a literatura aponta que o método se consolidou em 1941, no *Office of Radio Research* da Universidade de Columbia. Na ocasião, Paul Lazarsfeld convidou Robert Merton para auxiliar na avaliação das respostas de ouvintes a programas de rádio. Naquela época, o GF era conhecido como *focussed interviews* e utilizava sinais de botões verdes para concordância e vermelhos para discordância, cujas razões eram discutidas após as sessões (Stewart & Shamdasani, 1990).

A técnica ganhou escala durante a Segunda Guerra Mundial, quando Merton a aplicou na *United States Army Information and Education Division* para avaliar a moral das tropas e a eficácia dos filmes de treinamento militar (Merton & Kendall, 1946). Como aponta a historiografia do método, essa experiência resultou na publicação “*The Focused Interview*” em 1946. Segundo Merton (1956:44), o objetivo era assegurar que a entrevista cobrisse o máximo de tópicos relevantes com especificidade e profundidade.

Após o conflito bélico, o método foi amplamente abraçado pela área de marketing para explorar necessidades e atitudes de consumidores, dada a rapidez e o

baixo custo na obtenção de dados válidos (Iervolino & Pelicione, 2001). Contudo, a reemergência acadêmica nas ciências sociais ocorreu apenas a partir dos anos 1980, quando o GF passou a ser articulado com abordagens fenomenológicas e estudos de representações sociais (Morgan, 2010).

Dessa forma, o GF pode ser definido como uma “pequena comunidade temporária” formada para uma proposta colaborativa de descoberta (Templeton, 1994). No contexto das políticas públicas, essa ferramenta permite entender como as pessoas pensam e se sentem a respeito de diversos aspectos da vida cotidiana (Krueger & Casey, 2000), o que é especialmente importante quando o objetivo da avaliação de políticas públicas é compreender como a política se materializa no cotidiano dos usuários, evidenciando percepções, experiências e interpretações produzidas pelos próprios sujeitos. Atualmente, o GF é reconhecido como uma estratégia que possibilita a construção dialética e coletiva do conhecimento, sendo fundamental para captar a intersubjetividade inerente aos fenômenos sociais e públicos.

Características clássicas

As características gerais do GF fundamentam-se na sua natureza de pesquisa qualitativa, em que o foco central é a intersubjetividade e a construção coletiva de significados, mediadas por um moderador. Diferente de uma entrevista convencional, o GF utiliza a interação entre os participantes para gerar dados que podem não ser acessíveis em abordagens individuais (Morgan, 1997).

Conforme definido por Goldman (1962:61), o GF possui quatro elementos essenciais: (1) o grupo, formado por pessoas que interagem sob um interesse comum; (2) a profundidade, buscando informações detalhadas; (3) a dinâmica do GF, que pressupõe a presença de uma moderação; e (4) o foco, que limita o contexto da discussão. O método também é descrito como uma “pequena comunidade temporária formada para uma proposta colaborativa e empreendida para a descoberta” (Templeton, 1994).

A “marca registrada” do método é o uso explícito da interação para produzir introspecções (Morgan, 1997:125). Em vez de um formato linear de pergunta e resposta, o GF apoia-se na troca entre os componentes para estimular ideias entre os participantes (Herndon, 2001). Através dessa dinâmica, os sentidos e valores conferidos aos dados podem ser “explorados e negociados entre pesquisadores e sujeitos de pesquisa” (Inglis, 1992).

Para que a discussão flua, os participantes são selecionados por possuírem características comuns (homogeneidade), o que facilita o engajamento no tema (Krueger & Casey, 2000).

No que diz respeito ao tamanho do GF, as fontes apresentam variações: de 8 a 12 pessoas (Stewart & Shamdasani, 1990), de 6 a 8 pessoas (Gaskell, 2002; Krueger & Casey, 2000) e de 4 a 20 pessoas, conforme Morgan (1997), que admite maior flexibilidade, embora ressalte que grupos muito grandes possam prejudicar a dinâmica e gerar conversas paralelas.

Uma característica fundamental que distingue o GF de outras dinâmicas de grupo é que não se busca o consenso, mas sim a pluralidade de ideias (Gui, 2003). O interesse reside em observar os processos de construção de sentido, captando tanto as concordâncias quanto as divergências e contradições dos atores sociais (Gaskell, 2002).

O sucesso do GF depende de um moderador (facilitador) que atua com diretividade mínima, de forma a realizar questionamentos, mas não a conduzir o grupo a respostas específicas. Esse profissional deve ser flexível, encorajador, capaz de ouvir e, sobretudo, “não julgar os participantes em virtude de suas opiniões” (Stewart & Shamdasani, 1990). O sucesso do GF também depende do assistente, pesquisador que deve, ao longo do GF, ser o responsável pela gravação e pelas anotações sobre o que está acontecendo durante as sessões, mas também deve estar apto a assumir o protagonismo, dependendo da necessidade.

Além do moderador, outras questões também devem ser levadas em conta na condução do GF, como o ambiente e o número de sessões. O ambiente deve ser confortável e planejado para permitir o contato visual entre todos, geralmente com os assentos dispostos em círculo ou semicírculo (Ressel *et al.*, 2008). Por fim, o número de sessões não é fixo, mas deve seguir o ponto de saturação. Isso ocorre quando os dados coletados tornam-se repetitivos e deixam de gerar informações novas (Krueger & Casey, 2000). Geralmente, o planejamento de três a quatro GF para cada perfil de participante é suficiente para alcançar essa recursividade (Krueger & Casey, 2000).

Usos do Grupo Focal em pesquisas aplicadas sobre políticas públicas

No contexto da pesquisa social aplicada, as pesquisas sobre políticas públicas ganham bastante centralidade, uma vez que interessa a diferentes atores sociais a compreensão detalhada sobre o processo de implementação, dos resultados e dos impactos, assim como um diagnóstico pormenorizado do problema público em que a política pretende atuar.

A aplicação dos GF na análise de políticas públicas revela-se uma estratégia metodológica de alta densidade, capaz de captar a complexidade das relações sociais que os métodos quantitativos, por vezes, não conseguem isolar. No campo governamental, isso significa que o pesquisador não apenas coleta opiniões isoladas, mas observa a negociação de sentidos entre os atores sociais que vivenciam a política

na ponta. Além do, já discutido, acesso à intersubjetividade e ao “Mundo da Vida”, em que o GF funciona como um “espaço de sentido” que permite ao cientista social introduzir esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores envolvidos (Gui, 2003), o GF possibilita o desvelar da “sinergia interacional e revelação de conflitos sobre uma temática”. Já que uma das maiores virtudes da técnica é a capacidade de observar processos de consenso e divergência (Gaskell, 2002). Em políticas públicas, onde os interesses são frequentemente conflitantes, a interação entre um grupo pode estimular ideias de forma mais potente do que o formato linear de pergunta e resposta das entrevistas individuais (Herndon, 2001). Ao recriar um ambiente social, o indivíduo pode “defender, rever, ratificar suas próprias opiniões ou influenciar as opiniões dos demais” (Gui, 2003:246). Isso permite desvelar significados singulares e entender como os fatos são articulados e alterados pela dinâmica coletiva (Ressel *et al.*, 2008).

Além disso, o uso de GF pode ser eficaz em diferentes estágios do ciclo de políticas, e pode ser aplicado em quatro frentes principais, conforme sistematizado por Krueger e Casey (2000): a) Pesquisa Acadêmica: para articular conhecimentos teóricos e empíricos sobre fenômenos sociais (Silva Junior, Martins-Silva & Mesquita, 2014); b) Pesquisa de Avaliação: visando ouvir pessoas envolvidas em programas ou projetos para avaliar o andamento e os resultados obtidos (Krueger & Casey, 2000); c) Pesquisa-ação: voltada para a resolução de problemas relevantes através da cooperação entre pesquisadores e colaboradores locais (Greenwood & Lewin, 2006); e d) Diagnóstico e Planejamento: útil em estágios exploratórios para ampliar a compreensão sobre a viabilidade de novos serviços (Iervolino & Pelicione, 2001).

O GF não deve ser visto como um método isolado, mas como uma ferramenta capaz de interagir com qualquer outro tipo de investigação (Morgan, 1997). Na análise de políticas públicas, ele é frequentemente utilizado como método suplementar: antes de um *survey*, para identificar questões-chave, ou após a coleta quantitativa, para expandir e esclarecer resultados particulares que exigem maior profundidade (Morgan, 2010). Conforme aponta Gaskell (2002:111), a técnica é ideal para adicionar “detalhes contextuais a achados quantitativos” em assuntos de preocupação comum.

No contexto da gestão pública, onde o tempo e os recursos são escassos, o GF destaca-se pela rapidez e baixo custo na obtenção de dados válidos e confiáveis em comparação com a realização de dezenas de entrevistas individuais (Iervolino & Pelicione, 2001). A oportunidade de observar uma grande quantidade de interação sobre um tema em um período limitado de tempo – geralmente entre 90 e 120 minutos – torna a técnica operacionalmente atraente para diagnósticos rápidos (Morgan, 1997; Stewart & Shamdasani, 1990).

Por fim, o exercício de ouvir e ser ouvido em um ambiente de confiança pode promover um processo de desalienação e pensamento crítico entre os participantes

(Ressel *et al.*, 2008). A técnica permite que o investigador e os respondentes se tornem engajados, explorando e negociando valores conferidos aos dados de interesse comum (Inglis, 1992). Essa característica é vital para políticas que buscam a participação social, pois o grupo simula as conversações espontâneas da vida cotidiana, revelando a “teia de relação em que o sujeito se expressa” no seu dia a dia (Sá, 1998; González Rey, 2002). Dessa forma, as principais potencialidades são:

- a) Produção rápida de dados ricos, com custo relativamente baixo, favorecendo interação e emergência de significados (intersubjetividade).
- b) Adequação para captar representações sociais, valores, afetos e dimensões culturais relevantes para adesão e efetividade de políticas.
- c) Espaço de sentido que promove reflexão crítica, reconstrução de conceitos e empoderamento simbólico dos participantes.
- d) Flexibilidade de formatos (presencial, online síncrono/assíncrono), ampliando acessibilidade e reduzindo custos logísticos.

Limites, vieses e cuidados éticos-metodológicos

A utilização dos GF em pesquisas sobre políticas públicas apresenta desafios metodológicos significativos que precisam ser ponderados para garantir o rigor da investigação científica. Uma das limitações centrais é a impossibilidade de generalização estatística dos resultados, visto que as percepções coletadas referem-se a um grupo específico e intencional, impossibilitando a extensão automática dessas conclusões para a população em geral (Krueger & Casey, 2000). Somado a isso, deve-se considerar o limite da territorialidade e do contexto, pois as dinâmicas de uma política pública em um determinado território possuem especificidades socioculturais que não podem ser ignoradas ao se tentar transpor achados para outras realidades geográficas ou institucionais (Gatti, 2012).

O tempo também é um definidor central no momento da construção da metodologia, embora toda pesquisa seja organizada em etapas interdependentes, que dificilmente podem ser executadas de forma concomitante, no âmbito da pesquisa aplicada os prazos são significativamente mais curtos. Seja decorrente de editais, contratos ou demandas institucionais, a pesquisa aplicada impõe cronogramas reduzidos, além de pressão contínua para a apresentação de produtos e resultados parciais em cada fase. Nesse contexto, a adoção do GF como metodologia qualitativa mostra-se particularmente adequada, como já mencionado, pois possibilita captar múltiplas vozes em um número reduzido de encontros, gerando um volume amplo e heterogêneo de dados em curto espaço de tempo.

Apesar disso, mesmo quando a pesquisa dispõe de um prazo considerado razoável, tipicamente entre oito meses e um ano e meio, conforme a experiência dos autores, é comum que os contratantes, sejam eles do setor público ou privado, tensionem para que o estudo alcance escopos cada vez mais amplos. Frequentemente, solicita-se que a investigação contemple múltiplos enfoques, dimensões analíticas, territórios ou perfis de atores, muitas vezes, extrapolando, de maneira significativa, os objetivos originalmente pactuados ou previstos na metodologia inicial. Esse movimento tende a decorrer tanto de uma percepção limitada sobre o processo de pesquisa, frequentemente associada à ideia de que maior volume de dados implica maior qualidade, quanto de uma tentativa de maximizar o “aproveitamento” da equipe contratada.

Assim, a definição do desenho metodológico torna-se, muitas vezes, um campo de disputa, onde o tempo é uma importante variável de tensão. De um lado, os contratantes pressionam por ampliar a abrangência e a diversidade de dados a serem coletados; de outro, os pesquisadores buscam garantir foco, viabilidade e rigor metodológico-analítico, dado o tempo exíguo e a inevitabilidade de imprevistos ao longo do processo. A discussão sobre o número de GF, bem como sobre os perfis de participantes a serem incluídos, emerge como um reflexo dessa tensão. Não se trata apenas de uma deliberação metodológica estrita, mas de um exercício contínuo de negociação entre expectativas, ética na pesquisa, limitações práticas e o compromisso com a qualidade do estudo.

Nesse cenário, a utilização de GF na pesquisa exige equilíbrio entre amplitude e profundidade. Um número excessivamente grande de grupos pode comprometer o cronograma, inviabilizar a análise ou diluir o foco da investigação; por outro lado, um número insuficiente pode comprometer a representatividade dos discursos, especialmente quando se trata de políticas que envolvem múltiplos atores institucionais e diferentes realidades territoriais. O desafio metodológico, portanto, não é apenas técnico, mas também político e operacional.

Além disso, no que tange à natureza dos dados, a técnica restringe-se ao comportamento verbal, ocorrendo em um ambiente que, por ser administrado pelo pesquisador, pode carecer da naturalidade encontrada na observação cotidiana (Gui, 2003). Essa artificialidade pode ser um entrave quando a pesquisa demanda a compreensão de práticas concretas que vão além do que os sujeitos narram sobre suas vivências (Morgan, 1997). Além disso, o processo de interação do grupo pode gerar inibição ou intimidação, impedindo que participantes menos expansivos expressem opiniões divergentes, especialmente em contextos onde existam assimetrias de poder ou relações hierárquicas pré-existentes entre os membros (Silva Junior, Martins-Silva & Mesquita, 2014).

Do ponto de vista da condução prática do GF, é fundamental que a atividade conte com dois(as) pesquisadores(as) – uma(a) moderador(a) e uma(a) assistente de pesquisa – e seja realizada em um espaço que assegure privacidade, de modo que os(as) participantes se sintam confortáveis para dialogar sobre diferentes temas sem se sentirem pressionados(as) ou coagidos(as). O ambiente (seja ele inserido ou não no cotidiano dos participantes) pode favorecer ou dificultar o sentimento de segurança e abertura para conversar. A escolha do local pode, inclusive, inviabilizar a realização do GF, uma vez que grupos podem conter pessoas em situação de vulnerabilidade ou associadas a riscos em determinados territórios. Por essa razão, tais aspectos devem ser cuidadosamente considerados ao longo do planejamento.

A qualidade da investigação também sofre uma dependência da atuação do moderador, cuja falta de preparo ou inclinação pessoal pode enviesar o debate e comprometer a fidedignidade da coleta. É imperativo que a pessoa no papel de moderação evite atuar como juiz ou autoridade, de modo que não sejam postas “palavras na boca dos participantes” no decorrer das sessões (Debus, 1997:63). Do ponto de vista analítico, o pesquisador deve evitar a armadilha de quantificar as falas ou interpretá-las de forma literal, ignorando as redes de significação subjacentes e as nuances de sentido que emergem exclusivamente através das interações (Iervolino & Pelicione, 2001).

Além de uma pessoa pesquisadora-mediadora do GF é essencial uma pessoa pesquisadora responsável pela assistência. Enquanto a moderação se dedica à condução da discussão, a assistência assume funções operacionais essenciais ao bom desenvolvimento da atividade, como realizar a gravação, registrar anotações sobre percepções do encontro e eventuais conversas paralelas, além de contribuir para que o GF ocorra com mínima interferência externa, por exemplo, auxiliando, caso apareçam, terceiros não participantes da pesquisa ou pessoas atrasadas. É importante, de todo modo, que esta pessoa esteja tão preparada quanto a pessoa moderadora para assumir a condução do GF, considerando que diferentes situações podem ocorrer ao longo da atividade, demandando flexibilidade na divisão de papéis e eventual substituição na mediação do debate.

Operacionalmente, as barreiras logísticas, como a dificuldade de reunir participantes com disponibilidade de tempo e o alto índice de faltas no momento da coleta, impõem um planejamento que previna a interrupção precoce do estudo (Aschidamini & Saupe, 2005). Para mitigar esses riscos e assegurar a consistência dos achados, a literatura recomenda que o planejamento inicial preveja a realização de três a quatro GF diferentes para cada categoria de participante (Krueger & Casey, 2000). O encerramento definitivo das sessões deve ser orientado pelo ponto de saturação, que ocorre quando os dados coletados tornam-se repetitivos e deixam de gerar informações novas ou inéditas sobre o tema (Krueger & Casey, 2000). Caso o pesquisador continue obtendo dados originais após as quatro sessões iniciais, ele deve

realizar novos encontros até que a recursividade das informações seja plenamente atingida (Krueger & Casey, 2000).

Essa flexibilidade metodológica de ir ajustando o número de sessões à saturação identificada é mais facilmente aplicada em pesquisas acadêmicas. Na grande maioria das pesquisas aplicadas, o número de sessões é estabelecido em documentos mais rígidos do que um Projeto de Pesquisa (como um Contrato, um Termo de Cooperação ou um Plano de Trabalho), dificultando a aplicação do princípio de saturação nesse contexto.

É também importante estar atento à própria dinâmica do GF para evitar possíveis situações de revitimização. Em um dos GF realizados com mulheres sobre uma política pública, por exemplo, em que o tema da discussão não era violência doméstica ou violência contra a mulher, em quase todos os relatos, a questão da violência doméstica praticada por cônjuges ou familiares homens emergiu espontaneamente. Aproximadamente 40 minutos após o início do encontro, um participante convidado do sexo masculino chegou ao local. Considerando o contexto da discussão e a natureza sensível dos relatos que estavam sendo compartilhados, optou-se instantaneamente pela pesquisadora responsável por não incluí-lo no Grupo Focal, sendo realizada uma entrevista individual conduzida pela pessoa da assistência em uma sala diferente.

Situações como essa evidenciam a importância de compreender a dinâmica que se estabelece no grupo e de reconhecer que (outros) temas sensíveis podem emergir mesmo quando não fazem parte do roteiro inicial, mas que podem apresentar uma característica de alguns beneficiários da política pública. Nesses casos, é fundamental garantir espaço para que as participantes possam se expressar com segurança, ao mesmo tempo em que se preserva um ambiente de confiança e proteção para o compartilhamento de experiências.

Outro desafio metodológico bastante presente no uso da técnica nesse contexto de pesquisa diz respeito à garantia da confidencialidade e anonimato dos participantes, quando o tema estudado é bastante especializado ou localizado. É frequente, por exemplo, que participem do grupo pessoas que ocupam posições profissionais únicas ou bastante específicas, que não podem ser anonimizadas por meio de uma descrição genérica como “coordenador da política na região sul”, por exemplo. Para sanar essa questão, aconselha-se, também, nas transcrições das falas em relatórios públicos, reduzir possíveis maneirismos de fala ou flexões de gênero quando se referirem à própria pessoa.

Alguns dos limites e vieses são inerentes ao uso da ferramenta e são enfrentados tanto em pesquisas realizadas em ambiente acadêmico, quanto pesquisas realizadas no contexto das políticas públicas. Contudo, a diversidade de atores envolvidos nos processos de decisão sobre desenho e estratégia em pesquisas aplicadas pode

potencializar alguns desses limites e, por essa razão, exigem uma maior vigilância ético-metodológica.

Em suma, os principais desafios no uso de GF em políticas públicas discutidos foram:

- a) Dependência do contexto: os achados são influenciados por características territoriais, institucionais e socioculturais;
- b) Pressão de tempo na pesquisa aplicada: prazos curtos e demandas institucionais exigem equilíbrio entre amplitude de dados e viabilidade metodológica;
- c) Definição do número de grupos: envolve negociação entre rigor científico, escopo da pesquisa e limitações operacionais;
- d) Limitações da técnica: o método capta principalmente narrativas verbais e pode sofrer influência de hierarquias ou inibição entre participantes;
- e) Importância da condução: a qualidade do GF depende da atuação do moderador, da presença de assistência de pesquisa e de um ambiente que garanta privacidade e segurança;
- f) Desafios logísticos e de saturação: dificuldades de reunir participantes e limitações contratuais podem restringir a aplicação plena do princípio de saturação;
- g) Cuidados éticos: é necessária atenção à confidencialidade, ao surgimento de temas sensíveis e à prevenção de situações de revitimização.

Integração com outras técnicas e estratégias analíticas

A utilização do GF mostra-se particularmente potente quando integrada a outras técnicas de pesquisa e estratégias analíticas, compondo desenhos metodológicos mais robustos e coerentes com a complexidade dos fenômenos sociais investigados. Em abordagens mistas, os GF podem ser combinados com *surveys*, cumprindo funções complementares: enquanto os instrumentos quantitativos permitem mensurar prevalências, identificar padrões e testar hipóteses, os GF contribuem para a geração dessas hipóteses, para a interpretação dos resultados estatísticos e para a compreensão dos sentidos atribuídos pelos atores sociais aos fenômenos analisados. Nesse sentido, o GF atua como estratégia interpretativa, qualificando a leitura dos achados quantitativos.

No campo qualitativo, a integração entre GF, entrevistas em profundidade e observação participante favorece a triangulação metodológica, ampliando a validade analítica e a densidade interpretativa dos resultados. Enquanto as entrevistas aprofundam trajetórias, experiências individuais e narrativas singulares, e a

observação participante permite captar práticas, rotinas e interações em contextos naturais, os GF possibilitam observar processos de construção coletiva de sentido, consensos, dissensos e negociações simbólicas em tempo real. Essa articulação contribui para uma compreensão mais abrangente dos fenômenos, ao contemplar diferentes níveis de análise: individual, relacional e coletiva.

No que se refere às estratégias analíticas, os dados produzidos em Grupos Focais podem ser examinados por meio de diferentes abordagens, a depender dos objetivos da pesquisa e do referencial teórico adotado. A Análise Temática, conforme sistematizada por Clarke e Braun (2013), permite identificar padrões de sentido recorrentes a partir de um processo reflexivo e interativo de codificação. A Análise de Conteúdo, nos termos de Bardin (2016), possibilita organizar e interpretar o material discursivo de forma sistemática, considerando categorias analíticas previamente definidas ou emergentes. O Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), por sua vez, mostra-se especialmente adequado quando o interesse analítico recai sobre a construção de discursos síntese que expressem representações sociais compartilhadas (Lefèvre, Lefèvre & Marques 2009). O uso de *softwares* de apoio à análise qualitativa pode contribuir para a organização do corpus, para a rastreabilidade das codificações e para a transparência do processo analítico, sem substituir a interpretação substantiva do pesquisador.

No âmbito da avaliação de políticas públicas, os GF dialogam de maneira profícua com guias de monitoramento e avaliação, podendo ser incorporados em diferentes momentos do ciclo avaliativo. Nesses contextos, o GF desempenha um papel explicativo e formativo ao iluminar mecanismos de implementação, percepções dos públicos envolvidos, efeitos não previstos e dinâmicas institucionais que não são plenamente captadas por desenhos quase-experimentais ou indicadores quantitativos. Além disso, sua utilização favorece processos de aprendizado organizacional e de ajuste adaptativo das políticas ao incorporar a escuta qualificada de gestores, profissionais e usuários nos processos decisórios.

Diferentes formatos e variações de uso do GF

A técnica do GF é caracterizada por uma notável flexibilidade e pluralidade conceitual, o que permitiu o surgimento de diversos formatos e variações de uso ao longo das décadas (Silva Junior, Martins-Silva & Mesquita, 2014). Quanto aos desenhos de pesquisa, Morgan (2010) identifica três variações fundamentais: (1) o GF como método único de coleta de dados; (2) como método suplementar, frequentemente articulado a pesquisas do tipo *survey* para identificar questões-chave antes da aplicação ou para aprofundar resultados quantitativos *a posteriori*; e (3) como parte de um desenho multi-método, onde diferentes fontes de dados coexistem sem que uma determine a outra (Morgan, 2010:142).

As variações estruturais e operacionais também são diversas. No que diz respeito à composição, os grupos podem ser homogêneos, quando os participantes compartilham traços comuns que facilitam a identificação, ou heterogêneos, quando se busca o contraste de perspectivas (Vichas *apud* Giovinazzo, 2001; Krueger & Casey, 2000). Outra variação importante reside na natureza do grupo: grupos de conhecidos, que possuem vínculos prévios; grupos de estranhos, que favorecem a liberdade de expressão; e o grupo misto, que busca neutralizar o retraimento dos estranhos e o excesso de consenso dos conhecidos (Morgan, 1997; Silva Junior, Martins-Silva & Mesquita, 2014). Em termos de tamanho, além do padrão de 6 a 12 participantes, existem os mini-grupos focais, compostos por cerca de 4 pessoas, indicados para explorar experiências com maior nível de detalhamento e intimidade (Krueger & Casey, 2000).

O avanço tecnológico impulsionou novas adaptações midiáticas, permitindo a realização de GF por telefone, por videoconferência ou pela internet (Skype & Teams, Meet, etc), o que viabiliza a integração de pessoas sem a necessidade de presença física (Brüggen & Willems, 2008; Silva Junior, Martins-Silva & Mesquita, 2014). Do ponto de vista da moderação, a técnica pode ser adaptada para o uso de dois moderadores, o que garante melhor controle e precisão no cumprimento dos objetivos, embora possa gerar divergências na interpretação final (Silva Junior, Martins-Silva & Mesquita, 2014). Há também o formato periodicamente repetido, utilizado para análises comparativas e longitudinais, mantendo a mesma amostra e tema ao longo do tempo (Stewart & Shamdasani, 1990; Silva Junior, Martins-Silva & Mesquita, 2014).

As adaptações contemporâneas do GF para o ambiente digital estão intrinsecamente ligadas ao célere avanço tecnológico observado nos sistemas de informação, nos computadores e nos variados meios de comunicação (Stewart & Shamdasani, 1990; Morgan, 1997; Brüggen & Willems, 2008). No contexto da pesquisa qualitativa, essa modalidade de investigação é operacionalizada por meio da internet, utilizando recursos de banda larga, *softwares* de mensagens instantâneas e sistemas de vídeo ou teleconferência (Silva Junior, Martins-Silva & Mesquita, 2014). A principal potencialidade do formato online reside na sua capacidade de promover a aproximação e a integração de participantes independentemente da localização geográfica, eliminando a necessidade de presença física em um mesmo local para que a discussão ocorra (Silva Junior, Martins-Silva & Mesquita, 2014).

Essa versatilidade midiática, que abrange tanto interações síncronas quanto assíncronas, tem disseminado o uso do GF virtual entre pesquisadores das ciências sociais aplicadas, permitindo que a técnica seja articulada com outros métodos qualitativos e quantitativos (Cowley, 2000; Silva Junior, Martins-Silva & Mesquita, 2014). O emprego de tecnologias permite que o pesquisador explore diferentes plataformas para coletar informações, percepções e sentimentos, mantendo o foco em temáticas centrais de interesse mesmo em ambientes desterritorializados (Stewart &

Shamdasani, 1990; Silva Junior, Martins-Silva & Mesquita, 2014). Assim, o GF online consolida-se como uma adaptação estrutural e tecnológica que amplia o alcance da pesquisa qualitativa, oferecendo uma alternativa robusta para o desenvolvimento científico em contextos em que o encontro presencial é dificultado por barreiras logísticas ou temporais (Silva Junior, Martins-Silva & Mesquita, 2014).

É crucial distinguir o GF de outras dinâmicas, como o grupo operativo. Enquanto o grupo operativo possui uma tarefa produtiva e dirigida, buscando frequentemente o consenso e a aprendizagem social, o GF é essencialmente não-diretivo e não visa o consenso, mas sim a revelação da pluralidade de ideias e das redes de significação construídas na interação (Pichon-Rivière, 1998; Gui, 2003). Essa natureza interativa permite que o GF funcione como um “espaço de sentido” onde os participantes, como sujeitos sociais, podem confirmar, contestar ou alterar suas visões a partir da interlocução com o outro (Gui, 2003; Spink & Medrado, 1999).

A definição do número de sessões necessárias para uma pesquisa fundamentada em GF é um dos pontos mais sensíveis do planejamento metodológico. No contexto da análise de políticas públicas, essa decisão não deve ser arbitrária, mas pautada no conceito de saturação. Segundo Krueger e Casey (2000:167), a regra geral recomendada é o planejamento inicial de três ou quatro GF diferentes para cada perfil de participante ou variável importante do estudo.

O encerramento da coleta de dados ocorre quando se atinge o ponto de saturação, termo utilizado para descrever o momento em que as informações obtidas tornam-se repetitivas e deixam de gerar novos insights ou dados inéditos, ocorrendo o que a literatura denomina de recursividade de informações (Krueger & Casey, 2000). A eficácia dessa técnica na avaliação de políticas públicas reside justamente na capacidade de captar a pluralidade de ideias em um tempo reduzido, permitindo que os sentidos e valores conferidos aos programas sociais sejam explorados e negociados entre pesquisadores e sujeitos (Inglis, 1992; Chiesa & Ciampone, 1999).

Em suma, especialmente na pesquisa acadêmica, a saturação informacional é o termômetro que define o fim da etapa de campo. A validade do estudo não advém da quantidade exaustiva de grupos, mas da profundidade alcançada através da interação do grupo, que permite desvelar significados singulares e compreender como os fatos são articulados e alterados pela dinâmica coletiva (Ressel *et al.*, 2008).

Todavia, a aplicação desses parâmetros deve ser compreendida de forma contextualizada, especialmente em pesquisas aplicadas, que é o foco desse texto. Em determinados desenhos avaliativos de políticas públicas focalizadas, o universo de atores envolvidos é, por si só, restrito, não havendo contingente suficiente de participantes para a constituição de três ou mais grupos sem comprometer a coerência do desenho metodológico. Nesses casos, a suficiência analítica do GF deve ser aferida menos pelo número absoluto de encontros realizados e mais pela capacidade de cada

sessão em produzir interação qualificada, diversidade de perspectivas e densidade interpretativa compatível com os objetivos da avaliação.

Além disso, nas pesquisas sociais aplicadas, raramente é possível trabalhar tendo a saturação como principal critério para definir se os GF atingiram seus objetivos. Na maior parte das vezes, o número de grupos já está previamente estabelecido, considerando recursos financeiros limitados e um prazo curto, que dificilmente pode ser ampliado. Como já discutido ao longo deste texto, essa definição costuma estar diretamente vinculada ao tempo disponível, aos recursos existentes e às negociações, muitas vezes tensas, com o contratante. Dessa forma, a saturação tende a perder centralidade como parâmetro para ampliar ou reduzir o número de GF, sendo substituída por critérios de viabilidade e adequação ao contexto da pesquisa. Dessa forma, resumidamente, podemos classificar os grupos em:

- a) GF presencial tradicional: grupos compostos, em geral, por seis a doze participantes, com duração média de 60 a 120 minutos. Recomenda-se a realização de no mínimo três grupos por segmento analítico, a depender da heterogeneidade do público, da complexidade do objeto investigado e do nível de saturação do tema;
- b) Online síncrono (videoconferência): modalidade que amplia a acessibilidade territorial, reduz custos operacionais e facilita o registro das interações. Assim como o GF tradicional, estima-se ao menos três grupos por segmento investigado. No entanto, este formato pode demandar um maior número de grupos em função de perdas interacionais ou limitações de engajamento, especialmente em contextos de menor letramento digital;
- c) Grupos homólogos vs. heterogêneos conforme objetivo (profissionais/gestores/beneficiários): a definição da composição deve estar alinhada aos objetivos da pesquisa. Grupos homólogos favorecem a emergência de experiências compartilhadas e maior profundidade analítica, enquanto grupos heterogêneos permitem explorar tensões, assimetrias e disputas de sentido entre diferentes atores. Recomenda-se, contudo, evitar a composição de um mesmo grupo com participantes situados em hierarquias institucionais distintas, uma vez que essas assimetrias podem inibir a participação e comprometer a dinâmica de interação.
- d) Mini-grupos para públicos de alta vulnerabilidade ou temas complexos: formações reduzidas, com três a cinco participantes, são indicadas para públicos em situação de alta vulnerabilidade, temas sensíveis ou objetos de elevada complexidade, nos quais a interação em grupos maiores poderia inibir a participação ou comprometer a qualidade dos dados produzidos.

Procedimentos recomendados

A condução de um GF não se resume ao momento da discussão. Trata-se de um processo que envolve planejamento detalhado, execução cuidadosa e tratamento rigoroso dos dados. Para garantir qualidade metodológica e validade dos achados, é útil compreender esse processo em três etapas interdependentes: Organização, Realização e Produção. Cada uma delas cumpre funções específicas e demanda ações concretas que assegurem tanto a integridade ética quanto a relevância analítica.

Organização: planejamento e preparação

A primeira etapa é estratégica. É nela que se definem os objetivos do GF, os critérios de seleção dos participantes e os recursos necessários. A clareza sobre a finalidade do encontro é essencial: um GF voltado para diagnóstico participativo terá um roteiro e uma composição diferentes de um grupo destinado à avaliação de impacto ou à qualificação de ações. Essa definição orienta a escolha dos participantes, que deve ser intencional e capaz de refletir a diversidade ou homogeneidade requerida pelo estudo.

Além da seleção, a organização envolve decisões logísticas: escolha do espaço físico ou da plataforma virtual, previsão de materiais (termos de consentimento/assentimento livre e esclarecido, papel, canetas, dispositivos de gravação), e cuidados com acessibilidade. Em encontros presenciais, a disposição das cadeiras em roda favorece a interação e a equidade na fala; em ambientes virtuais, é necessário garantir conectividade, privacidade e suporte técnico. Outro ponto crítico é a comunicação com os participantes: convites claros, informações sobre objetivos e duração, e pactos de confidencialidade contribuem para um ambiente seguro e colaborativo.

A preparação para GF em pesquisas e avaliações de políticas públicas é uma etapa decisiva, pois é nela que os pesquisadores detêm maior capacidade de controle sobre a qualidade do processo e sobre o tipo de dado que poderá emergir. Assim, os resultados de um GF dependem muito mais do planejamento (definição de objetivos, seleção dos participantes e elaboração do roteiro) do que da própria condução do encontro. Embora a moderação seja relevante, as dinâmicas grupais tendem a ser imprevisíveis (Morgan, 1997), o que reforça a importância de decisões cuidadosas antes da realização do grupo, quando ainda é possível estruturar condições adequadas para a discussão e alinhar os objetivos às estratégias metodológicas.

A seleção dos participantes constitui um dos pontos mais sensíveis do planejamento, especialmente em contextos de políticas públicas marcados por relações de poder e hierarquias institucionais. A produção de dados qualitativos

depende de ambientes que favoreçam a liberdade de expressão, e isso se relaciona diretamente com a composição do grupo. Colocar gestores e trabalhadores da linha de frente em um mesmo grupo, por exemplo, pode gerar autocensura e limitar a circulação de falas sobre fragilidades ou tensões do serviço. Do ponto de vista metodológico, é fundamental compor grupos que minimizem assimetrias de poder e criem condições para que todos os participantes se sintam seguros para compartilhar percepções, inclusive críticas. Morgan (1997) reforça que a homogeneidade relativa dos grupos, em termos de posição institucional, contribui para maior profundidade e abertura na discussão.

A seleção de participantes para o GF ainda precisa ter em mente que em muitos contextos, a participação pode não ser atrativa, seja por falta de interesse, indisponibilidade de tempo ou receio em relação à exposição de opiniões. Por essa razão, o processo de sensibilização e mobilização dos participantes torna-se uma etapa fundamental da pesquisa, exigindo estratégias que favoreçam o engajamento e a construção de confiança entre os potenciais participantes e a equipe de pesquisa. Um ponto importante para ajudar a construir essa confiança é destacar a confidencialidade e a privacidade associadas à participação da pesquisa, conforme previsto em resoluções de pesquisas científicas envolvendo seres humanos (Brasil, 2012).

O tamanho do grupo também exerce influência direta na dinâmica do encontro. A literatura clássica recomenda grupos entre seis e dez participantes (Morgan, 1997; Krueger & Casey, 2015), mas há consenso de que grupos menores podem ser altamente produtivos quando os participantes têm experiência com o tema e disposição para o diálogo. Grupos muito grandes, com 10 ou mais participantes, tendem a dificultar a participação equitativa, dispersar a conversa e impedir o cumprimento integral do roteiro, enquanto grupos pequenos podem favorecer debates mais densos e detalhados. O mais importante do que seguir um número rígido é assegurar condições para que todos tenham espaço de fala e para que as discussões avancem em relação ao objetivo da pesquisa.

A definição dos objetivos da pesquisa orienta diretamente a estratégia de composição dos grupos. Em estudos de abrangência nacional, quando o propósito é identificar recorrências, fragilidades estruturais e padrões de implementação de políticas públicas, pode ser produtivo reunir participantes de diferentes regiões. Esse tipo de composição estimula comparações e permite captar como a política se materializa em contextos heterogêneos. Por outro lado, quando o objetivo é aprofundar práticas e compreender nuances da implementação em um território específico, grupos compostos apenas por equipes locais tendem a produzir dados mais densos e contextualizados, revelando o cotidiano institucional, os desafios na implementação ou execução, o perfil dos usuários e as particularidades do território.

O número total de grupos a serem realizados deve ser ajustado ao porte da política analisada, à disponibilidade de tempo, ao tamanho das equipes de pesquisa envolvidas e aos recursos disponíveis. Nesse sentido, o rigor metodológico não deve ser confundido com rigidez: é fundamental adaptar as estratégias aos limites concretos do campo. Em políticas ou serviços com equipes pequenas, pode ser mais adequado combinar GF e entrevistas individuais do que buscar multiplicar grupos sem base empírica suficiente. A flexibilidade metodológica, quando justificada, pode preservar a qualidade da investigação.

Os GF também se mostram especialmente úteis quando o objeto de estudo envolve a interação entre diferentes instituições e serviços. Em problemáticas complexas (como um aumento no acolhimento institucional de crianças e adolescentes), a realização de grupos com conselheiros tutelares, equipes da assistência social, famílias, usuários e atores do sistema de justiça permite captar discursos diversos sobre causas, responsabilidades e fragilidades do fluxo institucional. Essa estratégia pode ampliar as possibilidades analíticas e permite compreender como diferentes setores constroem explicações para o mesmo fenômeno, revelando tensões, complementaridades e lacunas entre políticas.

Outra consideração sobre a montagem de GF, é que, mesmo em grupos compostos por profissionais do mesmo território, instituição ou cargo, não há garantia de uniformidade de discursos. Cada participante traz uma trajetória singular, marcada por valores, experiências, ideologias e práticas distintas. Segundo Minayo (2012), essa diversidade interna é uma das potências da pesquisa qualitativa, pois aprofunda o olhar sobre o fenômeno e permite identificar nuances que não emergiriam por meio de abordagens mais individualizadas. Nos GF, essa multiplicidade de interpretações e percepções contribui para a construção de análises mais complexas, contextualizadas e representativas da realidade investigada.

Realização: condução e registro

A segunda etapa concentra o núcleo da produção de dados. É importante organizar a sala e os materiais a serem utilizados durante o GF. A sessão deve começar com a apresentação do termo de consentimento/assentimento livre esclarecido da pesquisa, contendo e explicitando os objetivos da pesquisa e possíveis efeitos da pesquisa. Após a assinatura do termo, recomenda-se realizar uma rodada de apresentação das regras de convivência para a atividade, seguida de uma dinâmica de aquecimento (quebra-gelo) para reduzir inibições e que pode ser utilizada como forma de apresentação. O roteiro, geralmente composto por quatro a seis perguntas abertas, deve funcionar como guia flexível, permitindo que emergências do grupo sejam incorporadas à discussão. Técnicas de sondagem e priorização podem ser utilizadas para aprofundar temas e hierarquizar problemas ou soluções.

Alguns aspectos importantes merecem atenção no processo de condução do grupo. Por exemplo, em assuntos delicados, especialmente, quando a pesquisa se dá com grupos vulneráveis, é importante estar preparado para sentimentos de revitimização, que podem vir associados a crises de choros e outros desdobramentos. É importante que a pessoa assistente de moderação (ou a própria moderação, se a assistente for preparada para assumir o grupo nesses casos) possa sugerir e acompanhar a participante para um momento para se restabelecer, e, caso a pessoa se sinta confortável, convidá-la para reintegrar o grupo, caso não, que esta pessoa seja acompanhada o tempo que for necessário.

Ao final, é interessante que um(a) dos(as) pesquisadores(as) possa(m) fazer uma síntese dos pontos discutidos, para ser validada entre os participantes, possibilitando a checagem com os participantes sobre possíveis lacunas que reforcem a completude do material.

Produção: análise e devolutiva

A última etapa transforma o material bruto em evidência analítica. A transcrição integral das falas, acompanhada de anonimização, usualmente, é o primeiro passo. Em seguida, os dados devem ser organizados em matrizes temáticas que permitam visualizar padrões e contrastes entre grupos. A análise pode seguir abordagens como análise temática ou análise de conteúdo, sempre alinhada aos objetivos da pesquisa e aos eixos da política pública em questão.

A devolutiva aos participantes ou gestores é uma prática recomendada, pois valida os achados e fortalece a legitimidade do processo. Além disso, essa etapa deve contemplar a organização documental (termos de consentimento/assentimento, relatórios, transcrições) e cuidados com a proteção de dados. Quando bem conduzida, a produção não apenas gera conhecimento, mas também insumos acionáveis para decisões de gestão e melhoria de políticas.

Considerações finais

O artigo teve como objetivo sistematizar potencialidades, limites, desafios e recomendações metodológicas relacionadas ao uso de GF em pesquisas aplicadas sobre políticas públicas, articulando contribuições da literatura com a experiência acumulada pelos autores em diferentes estudos empíricos. Algumas das características aqui apresentadas dizem respeito ao uso da ferramenta, independente do contexto de realização da pesquisa. Outras, dizem respeito às particularidades de seu uso no processo de formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

A análise apresenta o GF como uma ferramenta particularmente potente para investigações no campo das políticas públicas, na medida em que permite captar dimensões intersubjetivas, percepções compartilhadas e processos de construção coletiva de sentido que podem não emergir por meio de instrumentos quantitativos ou outros instrumentos qualitativos. Além disso, a interação entre participantes favorece a explicitação de consensos, divergências e tensões presentes na implementação das políticas em seu cotidiano, permitindo compreender como diferentes atores interpretam, vivenciam e avaliam as ações estatais em seus contextos cotidianos.

No âmbito da pesquisa aplicada, destacam-se algumas vantagens operacionais da técnica, como a produção de dados qualitativos densos em um período relativamente curto, a possibilidade de ouvir simultaneamente múltiplos atores envolvidos no ciclo das políticas públicas e sua flexibilidade de integração com outras estratégias metodológicas, especialmente em desenhos de métodos mistos ou triangulação.

Entretanto, a utilização do GF também apresenta limitações e desafios que exigem atenção metodológica. Entre eles, destacam-se a impossibilidade de generalização estatística, as dificuldades logísticas de recrutamento e composição dos grupos, os potenciais efeitos de assimetrias de poder entre participantes e a forte dependência da qualidade da moderação para assegurar a fluidez e a pluralidade da discussão. No contexto específico das pesquisas aplicadas, esses desafios tendem a ser ampliados pela presença de múltiplos atores institucionais envolvidos no processo de definição metodológica, pela pressão por prazos reduzidos e pela necessidade de formalização prévia do número de sessões, o que pode limitar a aplicação do princípio de saturação informacional.

Outro ponto sensível refere-se à garantia de confidencialidade e anonimato em contextos institucionais altamente especializados, nos quais determinadas posições profissionais podem ser facilmente identificáveis, exigindo cuidados adicionais na produção e divulgação dos resultados.

Diante desses aspectos, o uso qualificado do GF em pesquisas aplicadas em políticas públicas demanda planejamento rigoroso, clareza quanto aos objetivos analíticos e constante negociação entre viabilidade operacional e rigor metodológico. Mais do que uma técnica isolada de coleta de dados, o GF pode ser compreendido como parte de um desenho metodológico mais amplo, no qual sua potência analítica se amplia quando articulada a outras estratégias de investigação e análise.



Por fim, ao discutir tanto as potencialidades quanto os limites do método, este artigo buscou contribuir para o debate metodológico, oferecendo subsídios para o uso mais crítico, reflexivo e qualificado dos GF nas políticas públicas.

Referências

- ASCHIDAMINI, Ione M.; SAUPE, Rosita. (2005). “Grupo focal – estratégia metodológica qualitativa: um ensaio teórico”. *Cogitare Enfermagem*, v. 10, n. 2, pp. 87-94. [Consult. 25-04-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.5380/ce.v9i1.1700>
- BARDIN, Laurence (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo, Edições 70.
- BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. (1982). *Qualitative research for education: an introduction to theory and methods*. Boston, Allyn and Bacon.
- CLARKE, Victoria; BRAUN, Virginia. (2013). “Teaching thematic analysis: Overcoming challenges and developing strategies for effective learning”. *The Psychologist*, v. 26, n. 2, pp. 120-123.
- CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (Brasil). (2012). “Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012”. Brasília. [Consult. 15-03-2026]. Disponível em http://www.conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/index.html
- CSP (2015). “A utilização da técnica de Grupo Focal: mulheres quilombolas”. *Cadernos de Saúde Pública*.
- FGV CLEAR (2025). *Guia Clear – Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas: do diagnóstico à decisão*.
- GASKELL, George. (2002). “Entrevistas individuais e grupais”, in M. W. Bauer e G. Gaskell (orgs), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis, Vozes, pp. 64-89.
- GATTI, Bernadete. (2012). Seminário sobre a metodologia Grupo Focal. *YouTube* [Consult. 16-03-2026]. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=82S_yWX22PQ
- GONZÁLEZ REY, Fernando L. (2002). *Pesquisa Qualitativa em Psicologia - Caminhos e Desafios*. São Paulo, Pioneira Thomson Learning.
- GUI, Roque T. (2003). “Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido”. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, v. 3, n. 1, pp. 1-14. [Consult. 25-04-2026]. Disponível em <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpot/v3n1/v3n1a07.pdf>
- IERVOLINO, Solange A.; PELICIONE, Maria Cecília. (2001). “A utilização do Grupo Focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde”. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 35, n. 2, pp. 115-121. [Consult. 25-04-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0080-62342001000200004>
- KRUEGER, Richard A.; CASEY, Mary Anne. (2000). *Focus group: a practical guide for applied research*. London, Sage Publications.
- LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria C.; MARQUES, Maria Cristina da C. (2009). “Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização”. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n. 4, pp. 1193-1204. [Consult. 25-04-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-81232009000400025>
- MERTON, Robert K.; KENDALL, Patricia L. (1946). “The focused interview”. *American Journal of Sociology*, v. 51, pp. 541-557. [Consult. 25-04-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1086/219886>
- MORGAN, David L. (1997). *Focus group as qualitative research*. California, Sage Publications.
- RESSEL, Lúcia B.; BECK, Carmem Lúcia C.; GUALDA, Dulce Maria R.; HOFFMANN, Izabel Cristina; SILVA, Rosângela M.; SEHNEM, Graciela D. (2008). “O uso do Grupo Focal em pesquisa qualitativa”. *Texto & Contexto Enfermagem*, v. 17, n. 4, pp. 779-786. [Consult. 25-04-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400021>



- SILVA JUNIOR, Annor; MARTINS-SILVA, Priscilla O.; MESQUITA, José Marcos C. (2014). “As dimensões teórica e metodológica do Grupo Focal no contexto da pesquisa qualitativa”, in E. M. Sousa (org), *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. Vitória, EDUFES, pp. 125-154.
- STEWART, David W.; SHAMDASANI, Prem N. (1990). *Focus group: theory and practice*. California, Sage Publications.
- TRAD, Leny A. B. (2009). “Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde”. *Physis*, v. 19, n. 3, pp. 777-796. [Consult. 25-04-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000300013>

Alex da Silva Vidal

 <https://orcid.org/0000-0002-0166-0698>
 <http://lattes.cnpq.br/2464442866801748>

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisador do Observatório da Socioeducação, do Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação (CIESS/FACED/UFRGS). E-mail: alexsvidal1@gmail.com

Camila Barbieri Chiapetti

 <https://orcid.org/0009-0001-3304-6393>
 <http://lattes.cnpq.br/3925868462095733>

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisadora do Observatório da Socioeducação, do Centro Interdisciplinar de Educação Social e Socioeducação (CIESS/FACED/UFRGS). E-mail: camila.chiapetti@gmail.com

Revisão técnico-gramatical

Revisado por Felipe Guedes Moreira Vieira¹

Conflito de interesses

Declaração padrão/modelo: O(a)(s) autor(a)(es) declara(m) não haver conflitos de interesses de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira relacionados à pesquisa, à análise dos dados e/ou à redação do manuscrito.

Financiamento

Declaração padrão/modelo: O presente estudo foi realizado sem financiamento externo.

¹ E-mail: felipeguedesvieira@gmail.com

Uso de IA

Foi utilizado Chat Gpt para adequação da formatação das citações e referência bibliográfica conforme modelo da revista, assim como eventuais adequações gramaticais e textuais. Declara-se de toda forma, responsabilidade integral dos autores.

Disponibilidade de dados

Todos os dados utilizados e analisados neste estudo estão apresentados no corpo do manuscrito (tabelas, figuras e descrições metodológicas). Não há conjuntos de dados adicionais.

Contribuições de autoria CRediT

Camila Barbieri Chiapetti e Alex da Silva Vidal: Conceitualização (Conceptualization); Curadoria de dados (Data curation); Análise formal (Formal analysis); Investigação (Investigation); Metodologia (Methodology); Administração do projeto (Project administration); Redação rascunho original (Writing – original draft); Redação revisão e edição (Writing – review & editing).